

Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para
um Livro Branco
da Arqueologia
Portuguesa*



Brasil Os Primórdios¹

A. Vermelho do Corral²

- I. Cronologia**
- II. Pré-descobrimento**
- III. Achamento**

¹ Este trabalho foi apresentado no Colóquio integrado na Comemoração do Descobrimento do Brasil subordinado ao tema “Brasil. Do Achamento ao Império”, que se realizou nos dias 27 e 28 de Outubro de 2000 na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

² Associação dos Arqueólogos Portugueses - Universidade Internacional.

I. Cronologia

- Fins séc. XIII - Catalães e Genoveses tentam contornar a África
- 1271- 1295 - Viagem de Marco Polo
- 04-12-1394 - Nascimento do Infante D. Henrique
- 20-08-1415 - Conquista de Ceuta
- 1438 - Entronização de D. Afonso V
- 1452 - Expedição de Diogo de Teive às proximidades da Terra Nova
- 1453 - Maomé II ocupa Constantinopla
- 1454 - Bula Romanus Pontifex de Nicolau V
- 13-11-1460 - Morte do Infante D. Henrique
- 1467 - Concessão de D. Afonso V ao Infante D. Fernando
- 13-11-1460 - Falecimento do Infante D. Henrique
- 1473 - Carta de doação de D. Afonso V a D. Brites
- 1474 - Carta régia de D. Afonso V a Fernão Teles
- 06-03-1480 - Tratado de Toledo
- 1481 - Entronização de D. João II
- 1484 - António Leme poderá ter alcançado as Antilhas
- 24-07-1486 - Concessão real a Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito
- 04-08-1487 - Tentativa de João Afonso do Estreito
- 1487 - Partida de Fr. António de Lisboa e Pero Montarrio
- 07-05-1487 - Partida de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva
- 08-1487 - Partida de Bartolomeu Dias
- 1488 - Bartolomeu Dias descobre a Passagem de Sueste
- 12-10-1492 - Cristóvão Colombo chega às Índias Ocidentais
- 1493 - D. Francisco de Almeida e a armada que não chegou a partir
- 03-05-1493 - Bula Inter Caetera de Alexandre VI
- 07-06-1494 - Tratado de Tordesilhas
- 1495 - Entronização de D. Manuel I
- 08-07-1497 - Partida de Vasco da Gama a caminho da Índia
- 1498 - Viagem de Duarte Pacheco Pereira para Ocidente
- 10-07-1499 - Chegada de Nicolau Coelho na Berrio a Lisboa
- 12-07-1499 - Carta de D. Manuel I aos Reis de Castela
- 28-08-1499 - Cartas de D. Manuel I ao cardeal protector em Roma
- 29-08-1499 - Data máxima da chegada de João de Sá na Gabriel a Lisboa
- 08-09-1499 - Entrada triunfal de Vasco da Gama em Lisboa
- 09-03-1500 - Partida de Pedro Álvares Cabral
- 22-04-1500 - Achamento do Brasil
- 01-05-1500 - Data da carta de Caminha
- 02-05-1500 - Partida da armada para a Índia e Regresso de Gaspar de Lemos a Portugal
- 1501 - 1504 - Américo Vespúcio e outros exploram a costa até ao Rio de Janeiro
- 1502 - 1505 - Fernão de Noronha toma de arrendamento a exploração da costa
- 1504 - Mapa de Vesconte de Maiollo
- 30-07- 1514 - Estêvão Fróis roga protecção a D. Manuel

Reinados da Dinastia de Avis. Período de esplendor e declínio de Portugal

- 1385 - 1433 - D. João I o de "Boa Memória"
- 1433 - 1438 - D. Duarte o "Eloquente"
- 1438 - 1481 - D. Afonso V o "Africano"
- 1481 - 1495 - D. João II o "Príncipe Perfeito"
- 1495 - 1521 - D. Manuel I o "Venturoso"
- 1521 - 1557 - D. João III o "Piedoso"
- 1557 - 1578 - D. Sebastião o "Desejado"
- 1578 - 1580 - Cardeal-Rei D. Henrique o "Casto"
- Duração da dinastia : 195 anos

II. Pré-descobrimento

1. Era já do conhecimento do rei D. Afonso V, de cognome o *Africano*, pelas muitas conquistas que fizera em África, passando os soberanos portugueses a denominar-se *Reis de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África*, a existência de terras para Ocidente, como se comprova pela carta de doação emitida em 1467 a seu irmão o Infante D. Fernando (n.1433 – f. 1470), futuro herdeiro de seu tio o Infante D. Henrique, de uma ilha situada a Oeste de Santiago. Não logrou, contudo, localizá-la. Em 1473 fazia o mesmo rei nova carta de doação a favor de D. Brites (n.1430 – f.1506), viúva do citado Infante D. Fernando. Por esse documento fazia-lhe igualmente doação de uma ilha situada a Oeste de Santiago, ilha essa que fora objecto de várias tentativas de busca por parte de seu falecido marido e que ela estava disposta a continuar.

Por outro lado o Haiti fora já visitado, antes dos Castelhanos ali arribarem, por homens brancos e barbudos, segundo confessaram os nativos de Cuba ao bispo Bartolomeu de las Casas, conforme narra na sua obra intitulada *História de las Índias*.

Mas já em 1452, posta de lado a falsa lenda da ilha das Sete Cidades, Diogo de Teive, escudeiro do Infante D. Henrique, e o castelhano Pero Vasco de la Frontera, tinham alcançado os bancos da Terra Nova, após passagem pelos Açores e cabo de Clear na Irlanda, tendo descoberto a “terra do bacalhau”. Segundo Jaime Cortesão, referido por Veríssimo Serrão, essa viagem fora ordenada pelo Infante D. Henrique, tendo como finalidade a descoberta da passagem do Noroeste para alcançar a Índia. A não divulgação dessa viagem, acrescenta-se, ter-se-á ficado a dever a *razões de sigilo* determinadas pela política oficial com vista a contrariar ambições de aventureiros e gananciosos, designadamente genoveses e castelhanos.

D. Afonso V, que dedicara particular atenção aos descobrimentos, procurou rodear a sua acção do necessário secretismo com vista a evitar cobiças de outros povos.

Haviam de obter-se documentos pontifícios que assegurariam à coroa portuguesa o senhorio dos mares e o exclusivo das terras descobertas e a des-

cobrir, excomungando quem ousasse navegar para além dos limites deixados livres pelos Portugueses e punindo severamente quem ousasse fazê-lo. O papa Nicolau V emite em 1454 a bula *Romanus Pontifex*, atribuindo a Portugal a posse dos mares e terras descobertas e a descobrir.

Desenvolve-se a construção naval, concedem-se privilégios aos armadores de caravelas consideradas os melhores barcos para cruzarem os mares, desenvolvem-se as técnicas da marinaria, recorre-se à prática das latitudes (a longitude havia de ser considerada mais tarde no Tratado de Tordesilhas), troca-se a navegação costeira pela navegação do alto mar, recorre-se a novos métodos de orientação pelas estrelas após a travessia do Equador.

E o mais importante é a assinatura do Tratado de Toledo em 06-03-1480.

2. Por este Tratado celebrado com Fernando e Isabel, reis de Castela e Aragão, contra a cedência por parte de Portugal das Canárias, reconheciam a D. Afonso V e seu filho D. João, o direito de posse sobre as ilhas descobertas ou a descobrir a sul daquelas Ilhas das Canárias no sentido da Guiné, conforme se extrai da seguinte passagem:

“y asy las islas de Cabo Verde y todas las islas que agora tiene descubiertas y qualesquiere otras islas que se hallarem o conquirieren de las islas de canaria para baxo, contra Guinea”.

Estava protegida a área de acção dentro da qual Portugal pretendia operar: o Atlântico Sul ao longo da costa ocidental de África e por extensão todo o Atlântico abaixo do paralelo das Canárias.

3. Em 1453 Maomé II, sultão dos Turcos (a quem o Infante D. Henrique enviara uma carta, em triplicado, para ficar certificado de que chegava ao seu destino, ameaçando-o e julgando-o inimigo de Deus), ocupou Constantinopla. Levantam-se sérios problemas quanto aos portos do Levante, dificultando o comércio das especiarias e encarecendo-as face às subidas dos impostos e aos assaltos de piratas e ladrões, designadamente sarracenos e turcos. Tornava-se imperioso descobrir outro caminho. Reforça-se então a ideia da possibilidade de viagens para Ocidente que pudessem levar às tão cobiçadas

especiarias.

Vivia em Florença um médico e astrónomo Paolo del Pozzo Toscanelli que, influenciado pelas ideias de Marco Polo, pensava na possibilidade de chegar à Ilha de Cipango situada a 625 léguas da Antília, que ele pensava ser a ilha das “Sete Cidades” dos Portugueses.

A viagem seria muito mais longe do que pelo Atlântico Sul, pois ele ignorava que pelo meio, isto é, entre a Europa e Cipango, existia um enorme continente (a América) e um extenso oceano (o Pacífico). D. Afonso V rejeitou o plano de Toscanelli elaborado por Colombo, mas reforçou a ideia, que já tinha, da existência de terras a Ocidente, pois o assunto não lhe era de todo desconhecido, mercê dos contactos que tinha com os cartógrafos italianos e também porque já se discutia a esfericidade da Terra.

Esta suspeita haveria de confirmar-se, anos mais tarde, com Fernão de Magalhães, que descobriu a passagem de Sudoeste (Estreito de Magalhães) ao realizar a primeira viagem de circum-navegação (1519 – 1522), completada pelo espanhol Sebastião del Cano.

Edrici, nascido em Ceuta em 1100, na sua obra “Recreio do que anseia percorrer os horizontes do mundo”, prevê a forma esférica da Terra. Embora praticamente desconhecido em Portugal, pode na sua época ser minimamente conhecida a sua ideia sobre a forma esférica da Terra. Mas como o saber era apanágio de um restrito número de privilegiados e as aventuras marítimas um anseio, é provável que tal princípio ecoasse pelas cortes ibéricas.

O florentino conhecera em Roma o português Fernão Roriz ou Fernando Martins que aí vivia e a quem provavelmente teria exibido em Julho de 1459 um mapa que teria tomado de empréstimo a um tal Francesco Castellani, também florentino, mapa esse que teria servido de guia a Colombo para chegar à América. Embora esse mapa representasse a Terra como um plano segundo a antiga concepção bíblica do Mundo e embora tanto Toscanelli como Colombo concebessem já a sua esfericidade pelo conhecimento que tinham da *Imago Mundi* de D’Ailly, não é de rejeitar a hipótese da concepção das Índias a Ocidente.

4. O rei D. Afonso V declinara no seu filho, Príncipe D. João, o encargo dos feitos da Guiné e por carta régia de 06-04-1480 instituiu o regime do *mare clausum* a fim de reprimir o tráfico ilegítimo dos Castelhanos por essas paragens. Nessa carta determinava aos capitães dos navios portugueses enviados à Guiné pelo Príncipe D. João que se ali encontrassem “navios de qualquer gente de Espanha” ou outro país, os combatessem e, vencendo-os, não fizessem prisioneiros, antes fossem “logo todos deitados ao mar...para que a eles seja pena por atentarem fazer uma coisa tão defesa e vedada, e, aos que o ouvirem e souberem, bom exemplo” (Damião Peres).

No ano seguinte à feitura do Tratado de Toledo sobe ao trono D. João II que abraça com ardor e empenhamento a empresa dos descobrimentos, cujo conhecimento geográfico do Mundo se ampliara largamente, merecendo um lugar de destaque pelo impulso que deu à expansão portuguesa. E foi ele, no dizer de Garcia de Resende, o primeiro que ordenou o descobrimento da Índia.

Continua a “política de sigilo” e uma das provas reside no facto de fazer constar que os navios redondos que se dirigissem à Mina não reuniam as condições necessárias para regressarem devido às correntes; e para o provar ordenou que toda a pedraria, madeirama, cal, telha, pregaduras, ferramentas e mantimentos destinados à construção da fortaleza de São Jorge fossem embarcados em urcas velhas que depois seriam destruídas, fazendo-se crer e constar que o haviam sido por não suportarem as grandes correntes. Simultaneamente a esse artifício tomava juramento de sigilo às pessoas devidas, segredo esse que se manteve guardado durante a vida do rei.

O almirante Gago Coutinho, a propósito da figura de Gaspar Corte-Real, referia-se em sessão comemorativa do dia dos Corte-Real em 02 de Julho de 1932 na Sociedade de Geografia de Lisboa, à existência da *política de sigilo* de então, quando diz “que fazia-se segredo da navegação ocidental”. E acrescenta o esclarecido sábio das coisas náuticas que “era antiga a suspeita da existência de terras ao largo dos Açores, fundada não só na tradição, como também no testemunho de detritos vegetais

que as correntes marítimas do Gulf Stream para lá arrastavam” a partir do Golfo do México.

Esta política de sigilo teria levado ao desaparecimento intencional das fontes portuguesas sobre a expansão ultramarina do tempo, já que as melhores fontes estão, não em Portugal mas no estrangeiro, especialmente em arquivos aragoneses e maiorquinos. A este propósito diz Verissimo Serrão: “Jaime Cortesão defendeu uma ‘teoria de sigilo’ para demonstrar que houve da parte das esferas oficiais o desejo consciente de ocultar dos outros povos a marcha dos descobrimentos no tempo de D. Afonso V e D. João II”. E acrescenta V. Serrão: “Por ordem régia ter-se-ia procedido à voluntária mutilação e falseamento das crónicas, relatórios e cartas marítimas, a fim de evitar que esses segredos viessem a cair em poder dos castelhanos, genoveses e de outros países concorrentes no processo expansionista”. Embora não defenda na sua plenitude a posição de Cortesão não deixa, todavia, de afirmar “que o sigilo se reduziu à cautela própria das forças nacionais que procediam à abertura do Atlântico”.

O objectivo continua a ser alcançar a terra das especiarias pelo Oriente e guardar segredo quanto às possibilidades de ali se chegar rumando para Ocidente. Na impossibilidade de se fazerem as duas tentativas em simultâneo, o que implicaria a duplicação de ânimos, atenções e gastos, a opção seria escolher a viagem que levasse a uma economia de tempo, esforço e custos.

lam-se fazendo tentativas de recurso para suprir eventuais insucessos, preparando acção oportuna.

5. Em 03-03-1486 o rei português D. João II emite uma carta de doação a favor do flamengo Fernão Dulmo (aportuguesamento de Ferdinand van Olmen), capitão da Ilha Terceira, da concessão antecipada de “uma grande ilha, ou ilhas, ou terra firme per costa, que se presume ser a ilha das Sete Cidades”. Com a expressão “terra firme per costa” pretendia-se significar um continente. Porque a expedição se teria como muito dispendiosa Dulmo estabeleceu um contrato de parceria com o português João Afonso do Estreito, lavrado em Lisboa em 12-07-1486, que o rei havia de confirmar a 24 desse mesmo mês e ano. A expedição seria custea-

da por ambos numa viagem com a duração prevista de seis meses durante a qual a direcção da mesma pertenceria a Dulmo apenas durante os primeiros quarenta dias e o tempo restante a João do Estreito. A este concedia o rei as terras a descobrir durante a sua direcção da viagem o que representava, na opinião de Damião Peres, “indício claro das grandes esperanças com que entrava no pacto”.

Esta viagem, que deveria iniciar-se a 01 de Março do ano seguinte, nunca se soube se se realizou.

Pouco tempo depois, em 04-08-1487, o mesmo rei confere outra carta de doação a favor ainda de João Afonso do Estreito, escudeiro, morador na Ilha da Madeira, em termos semelhantes, o que bem justifica a forte convicção da existência de terras a Ocidente e a sua pertinácia em as alcançar.

6. Ainda no ano de 1487 partem em busca de informações sobre a Índia e de tudo quanto se relacionasse com o seu comércio, Fr. António de Lisboa e Pero Montarroio (ou Monte Arroio). Não foram além da Palestina. Por não dominarem a língua árabe regressaram. Viagem sem a devida preparação, votada ao fracasso. Refere João de Barros a este propósito que “não sabendo árabe, os emissários foram tomados de temor e, atingida Jerusalém, deram por finda a sua missão e regressaram” (Dec. I – Livro III – Cap. V).

Mas já antes, por volta de 1425, o Infante D. Henrique procurara obter informações sobre Preste João, algures no Oriente, supostamente nas Índias. Provavelmente soubera da sua existência através do arauto Covilhã que mandara à corte de Aragão, por onde passavam religiosos oriundos “das partes da Índia” que vinham visitar os santuários peninsulares, designadamente “el sancto cuerpo del bendicho Santjago de Galicia”. Desde então procura estabelecer contactos com Preste João através do reino de Aragão.

7. D. João II entrega o mesmo encargo a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. Partem ambos de Santarém a 7 de Maio de 1487 (antes de Bartolomeu Dias que partira em Agosto seguinte), passam por Barcelona e daqui dirigem-se a Rodes, alcançando o Egipto disfarçados de mercadores de mel.

Separaram-se em Adem no verão de 1488, tomando rumos diferentes. Afonso de Paiva dirigiu-se para a Etiópia, a lendária Terra do Preste João, príncipe cristão, e viria a falecer. Pero da Covilhã dirigiu-se à costa do Malabar. Visita Cananor, Calecute e Goa. Percorre a costa da Pérsia, demora-se em Ormuz. Muda de rumo descendo a costa de África até Sofala. Aqui tivera a oportunidade de colher informações sobre a ligação entre os dois oceanos.

Conforme combinado entre ambos, Pero da Covilhã dirige-se ao Cairo em fins de 1490 ou princípios de 1491. É informado da morte do companheiro pelos judeus Abraão de Beja e José de Lamego, entretanto enviados por D. João II. Recebe ordens para continuar nas investigações e das mesmas enviar notícias. Pero da Covilhã partiu de seguida para a Abissínia, onde foi bem recebido. Fixou-se neste país, tornando-se grande colaborador da Imperatriz Helena.

Pero da Covilhã, bem informado, dera preciosas informações sobre preços das especiarias, sua origem, navegações, etc.

Seguindo o pensamento de Gilberto Freire, in *O Luso e o Trópico*, acredita-se que se tenham extraviado documentos portugueses importantes para conhecimento da Geografia e Etnologia, mas também no que respeita à *política de sigilo*. É do mesmo autor esta passagem: “É possível que a chamada política de sigilo se tenha sacrificado mais de um estudo valioso, por portugueses do século XV ou do XVI, de coisas e valores tropicais ainda ignorados por outros europeus. Entre o material sacrificado a tal política, estaria a correspondência secreta de Pero da Covilhã com El-rei, quando em missão também secreta no Oriente e na África”.

8. Enquanto D. João II enviava “embaixadores” por terra entregava a Bartolomeu Dias uma esquadra de três caravelas, que partiram em Agosto de 1487. Levava ordens de descobrir a passagem por mar para a Índia e alcançar o Oriente. Entrara no Índico mas não lograra chegar à Índia. Talvez por isso se justifique o algum enfadamento por parte do monarca que o não recebera com a dignidade que o feito merecia e que dispensara a outros navegadores. Ou fizera-o intencionalmente para evitar se

alargasse o conhecimento de tão importante passagem para não chegar ao conhecimento de Castela como acontecimento final e decisivo.

Não se chegara às especiarias, mas estava-se próximo delas. E ultrapassara-se uma enorme barreira, pois estava vencido o *Tormentoso Monstro* que engolia barcos e devorava marinheiros. Fora dobrado o cabo que tantas tormentas provocara e ao qual o rei havia de mudar o nome para Cabo da Boa Esperança, porque abria as perspectivas de futura chegada à Índia por via marítima.

O *Gigante Adamastor*, finalmente, fora dominado e vencido.

Estava, pois, descoberta a Passagem de Sueste.

9. Entretanto António Leme, morador na Ilha da Madeira, afirmava que, tendo navegado numa caravela para Oeste daquela ilha, avistara três ilhas, hipoteticamente as Antilhas. Sobre esta experiência contou a Cristóvão Colombo, sem denunciar pormenores quanto ao rumo que levava.

10. Cristóvão Colombo, de origem genovesa, habituado a navegar no Mediterrâneo, convivera com marinheiros e navegara nos seus barcos; o seu irmão Bartolomeu executava globos e cartas geográficas, com quem naturalmente tomara conhecimentos sobre terras, ilhas e mares. Habituado às lides marítimas, possuidor de vastos conhecimentos, inclusive o de que, conforme afirma no seu diário de bordo da primeira viagem (1492-1493), “a maior parte das ilhas que são dos Portugueses foram descobertas seguindo o voo das aves”, sentia em si uma grande vocação para o mar e despertava-o a curiosidade de descobrir novas terras. Casara com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, um dos descobridores da Madeira, de nome Filipa Moniz. Devia ter lido e ou ouvido falar sobre as viagens de Marco Polo e, influenciado por informações que obtivera, criara e alimentava a convicção de que, navegando para Ocidente, se chegaria a Índia e a Cipango (actual Japão) mais facilmente do que contornando a África.

Apresentada a sua proposta ao rei português em 1474, viu-a recusada. E porquê? Porque além de ambicioso era estrangeiro e tal estatuto não dignifica-

ria a coroa joanina no seu duplo sentido de dinastia e de rei.. Segundo Jaime Cortesão o rei não recusou a proposta, mas antes o proponente, acrescentando “Quanto ao plano – esse para D. João II não passava de uma velhacaria. Não tinha que aceitá-lo, nem que rejeitá-lo. Por certo havia sido, em anos anteriores, maduramente estudado. Dos próprios arquivos reais algum intermediário discreto fez chegar às mãos de Colombo um documento, onde esse plano era exposto por certo geógrafo florentino, a pedido de D. Afonso V”. Todavia, em 1485, conseguiu apoio junto dos Reis Católicos que lhe proporcionaram três embarcações.

Logrou alcançar êxito ao atingir a ilha de São Salvador nas Bahamas em 12-10-1492, passando por Cuba (ou Juana) e Haiti (ou Hispaniola), onde construiu uma fortaleza.

Morreu convencido de que chegara às Índias Ocidentais ou “Índias de Castela”. Teria alcançado a América Central, ou, mais propriamente, as Caraíbas.

Pouco depois do regresso da sua viagem foi chamado à corte por D. João II, em Vale do Paraíso, próximo de Azambuja, com quem, aliás, mantivera sempre bom entendimento. Informa-o o rei português de que as terras que descobrira lhe pertenciam por direito próprio e por essa razão as iria reclamar junto da corte castelhana.

Convém, todavia, referir dois aspectos interessantes. Refere-se um, conforme o próprio Colombo narra no seu Diário de bordo no dia 06 de Setembro, que soubera de três navios de Portugal que pretendiam detê-lo, quando da sua passagem pelas Canárias, devido ao ressentimento do rei português por se ter colocado ao serviço de Castela. O outro respeita ao registo que faz no dia 19 de Fevereiro do ano seguinte, quando no seu regresso aportava na ilha de Santa Maria nos Açores, onde o capitão da mesma, Juan Castañeda, o pretendia aprisionar. Soltos, depois de ameaças e conversações, alguns dos homens de Colombo que aquele detivera, este escreve no Diário que se o tivessem detido “nunca lhe teriam devolvido a liberdade porque o capitão dizia que o rei seu senhor assim o ordenara”.

Há estudiosos que defendem que Cristóvão Colombo era um agente secreto ao serviço de D. João

II e fora orientado para esta viagem a fim de desviar as atenções de Castela do Atlântico Sul. Outros entendem, v. g. Luis de Albuquerque, apesar de considerarem Colombo como uma figura universal, que foi *involuntário* o seu descobrimento da América. Outros ainda negam a sua prioridade de contacto com o continente americano. A este propósito se transcreve uma passagem de um artigo publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Maio-Outubro - 1933, 51ª Série - N.ºs. 5 a 10) subscrito por João de Almeida, intitulado “Notas à margem sobre a descoberta do Brasil” que diz o seguinte: “Pelos documentos apresentados pelo Sr. João de Freitas ‘O descobrimento pré-columbiano da América Austral pelos portugueses’ (Revista Lusitana, N.º 9, de Abril de 1926), demonstra-se que em 1492 foi construída uma igreja junto à fortaleza da Feitoria de Pernambuco – o que prova que os portugueses deveriam ter ali aportado uns anos antes”.

Estava aberto um conflito entre Portugal e os Reis Católicos que culminaria no Tratado de Tordesilhas.

11. D. João II, que trazia na mente o domínio de todo o Atlântico Sul numa interpretação extensiva do Tratado de Toledo, não se conformou com as descobertas de Colombo. Como reacção e numa atitude de força mandou preparar ostensivamente uma armada que sob o comando de D. Francisco de Almeida (futuro vice-rei da Índia) deveria proceder à ocupação das terras descobertas por Colombo.

A esquadra, todavia, não chegou a partir.

Os Reis de Castela, rivais de D. João II, sabedores do propósito e tenacidade do monarca português e receosos da sua actuação, propõem negociações, intervindo o doutor Pero Dias e Rui de Pina como representantes de Portugal. Destas negociações nada resultou de positivo. Talvez os Reis Católicos pretendessem apenas ganhar tempo. E tanto assim, que logo após o regresso de Colombo, enviaram a Roma o Bispo de Cartagena, D. Fernandino de Carvalho, solicitando do poder espiritual a confirmação dos novos descobrimentos. Não seria difícil a obtenção do desejado uma vez que o Papa Alexandre VI pertencia à família espanhola dos Bórgias.

12. A Igreja emite com data de 03-05-1493 subscrita pelo papa acima referido a bula *Inter Caetera*, que dividia o mundo em duas partes, através de uma linha a 100 léguas a Ocidente de Cabo Verde ou dos Açores, para além da qual tudo seria pertença de Castela.

Portugal já havia conseguido antes da cadeira pontificia a concessão de todo o Oriente. Abria-se, agora, uma corrida para alcançar as especiarias: as Molucas. Portugal pela passagem de Sueste, Castela pelo Ocidente.

13. Todavia, o rei português não se conformou nem acomodou, nem deu grande atenção à bula pontificia. Preferiu negociar directamente com os Reis Católicos. Recusou uma embaixada que estes lhe enviaram, respondendo com outra constituída por Rui de Sousa e seu filho João de Sousa, o licenciado Aires de Almada, corregedor da corte, e Estevão Vaz como secretário.

Após complicadas negociações acertou-se a assinatura de um tratado em 07-06-1494, que ficaria conhecido por Tordesilhas, nome da cidade onde fora negociado.

Joaquim Verissimo Serrão afirma que "Num quadro puramente cronológico no âmbito do valioso Tratado, não é possível negar que naus portuguesas tenham aportado ao Brasil antes de 1494."

Esse tratado, assentando, embora, na ideia inicial concebida por Alexandre VI em dividir o planeta ao meio, desviou a linha divisória para o meridiano que passava a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. Ficava a convicção de que no hemisfério norte aquem dessa "raia" nada ficava a Portugal, razão pela qual os Reis não auxiliavam viagens destinadas a essas paragens, abandonando à Espanha as terras mais longínquas. A preclara visão de D. João II, iludindo Roma e frustrando Castela, reservava para Portugal os seus três grandes objectivos:

1. o acesso ao arquipélago das Molucas que tao disputado viria a ser entre os dois povos peninsulares por ser a fonte das especiarias e que Castela tanto ambicionava;

2. preservava o Atlântico Sul que pela passagem de Sueste levaria não só a Índia como também àquele cobiçado arquipelago; e

3. defendia as terras a Ocidente do Atlântico Sul, onde se situavam as tão procuradas terras que haviam de ficar para sempre na História com o nome de Brasil.

Portugal ficava, assim, com a mais importante e mais rica parte do Mundo: o ouro da Mina, o ouro de Sofala, as especiarias do Oriente e, mais tarde, o pau brasil e as pedras preciosas das Terras de Vera Cruz.

E porque se havia já chegado à Guiné o Rei de Portugal, D. João II, tomaria o titulo de *Senhor da Guiné*.

D. João II tratou logo de pôr em prática o Tratado. O primeiro passo foi preparar uma esquadra que demandasse a descoberta efectiva do caminho marítimo para a Índia. Não lograra tal intento, pois falecera a 25-10-1495.

Caberia tamanha ventura ao seu sucessor.

14. Por D. João II não ter deixado sucessor directo ao trono, pois o único filho que tivera, D. Afonso, morrera em 1491, de desastre por ter caído de um cavalo na Ribeira de Santarém, sucedeu-lhe seu primo e cunhado D. Manuel, que continuou na senda dos seus antecessores em 'dar novos mundos ao mundo', no ideal cristão de dilatar a Fé e no propósito pátrio de alargar o Império, espalhando o nome de Portugal pelos quatro cantos do globo. E também procurando riquezas que suportassem os empreendimentos marítimos e recompusessem o erário real.

A frota preparada pelo seu antecessor entregara-a ao comando de Vasco da Gama, que parte de Lisboa a 08-07-1497, atravessa a passagem de Sueste, arriba a Moçambique, Mombaça e Melinde e chega a Calecute a 20-05-1498.

Ora, em Melinde, onde arribara em 14-04-1498, Vasco da Gama, na narração que faz ao Rei da Cidade, a pedido deste, refere, conforme canta o grande épico nos *Lusiadas* (V 14):

"Já descoberto tínhamos diante,
Lá no novo hemisfério, nova estrela,
Não vista de outra gente, que, ignorante,
Alguns tempos esteve incerto dela."

O novo hemisfério era o continente sul do Atlântico Ocidental, i. é, a América do Sul, ou mais precisamente o Brasil, e a nova estrela o Cruzeiro do Sul. Podemos aventar, embora com reserva, que ao Camões colocar na boca do Gama tal afirmação, pressupunha o seu conhecimento sobre a existência dessa região do globo (independentemente de os *Lusíadas* terem sido publicados em 1572; o grande épico, sempre bem informado como decorre dos pormenores da sua obra e provavelmente não ignorando o conteúdo da Carta de Pero Vaz de Caminha apesar de esta só ter sido conhecida em 1773 quando descoberta por José Seabra da Silva e publicada em 1817), não repugna aceitar que a deusa Tethys vaticinasse, na sua imaginária ilha, em fala com o Gama, a próxima grande proeza da descoberta não só da América do Sul como do Brasil, como ressalta das seguintes passagens de *Os Lusíadas* (X – 138-140):

“Mas é também razão que, no Ponente,
Dum Lusitano um feito inda vejais

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, co pau brasil nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la-á a primeira vossa frota”

Três previsões se contêm nesta passagem: as viagens para Ocidente, a existência do pau brasil que havia de originar o topónimo Brasil e o descobrimento, que ocorreria logo, quando da primeira próxima viagem.

A 10-07-1499 regressa a Lisboa Nicolau Coelho na Berrio; entre aquela data e 29-08-1499 chega João de Sá na São Gabriel; e a 08-09-1499 chega Vasco da Gama, a quem é dispensada uma triunfal recepção. Demorara-se nos Açores, onde enterrara o irmão Paulo da Gama.

A Europa estava ligada ao Oriente, abria-se nova rota para as especiarias. Cumpria-se uma das previsões.

O monarca português perante retumbante sucesso adopta o pomposo título de *Rei de Portugal e dos Algarves de aquem e de além mar, em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Co-*

mércio da Etiópia, Arábia, Persia e Índia.

15. Mas no entretanto, ou melhor, em 1498, enquanto a armada de Vasco da Gama trilhava o salso mar do Índico, D. Manuel mandava Duarte Pacheco Pereira a

“descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, donde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico... é achada esta terra não navegada pelos navios de Vossa Alteza e, por vosso mandado e licença, os dos nossos naturais. E, indo por esta costa sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante, per vinte e oito graus de ladeza contra o polo antártico, é achado nela muito e fino *brasil*, com outras muitas cousas de que os navios nestes reinos vem grandemente carregados”

(Esmeraldo de Situ Orbis, I Parte, Cap. II)

Alguns investigadores entendem que chegara à Terra Nova, outros defendem que ao Brasil, sendo o seu primeiro descobridor.

Dominado pela mesma crença da existência de terras a Ocidente o veneziano residente em Inglaterra, João Cabotto, empreende duas viagens. Em Maio de 1497 parte de Bristol rumando para o Norte a partir da Irlanda e depois para Oeste. Deve ter alcançado os mares do Norte e depois uma região que refere ter clima temperado. Não viram gente, mas sinais dela como armadilhas de caça e uma agulha de fazer redes de pesca. No regresso a Inglaterra, depois de uma viagem de três meses, afirmam ter avistado duas ilhas a estibordo, criando a convicção de terem alcançado as “Sete Cidades”. No verão de 1498 empreende nova viagem, na sequência da anterior, por ordem de Henrique VII, mas não em navios seus, com a pretensão de alcançar a ilha de Cipango, que supunha situar-se na zona equatorial e era assaz rica em joalharia e especiarias. Segundo carta de Pedro de Ayala, Embaixador em Londres, tinha em vista descobrir as ilhas do Brasil e de Sete Cidades.

Todavia, nunca se soube verdadeiramente por onde andou nem o que viu ou descobriu.

16. Com a chegada de Nicolau Coelho toma D. Manuel conhecimento, em primeira mão como se diria hoje, da grande proeza e não perde tempo. Dois dias depois, ou seja, a 12-07-1499, mesmo antes do regresso de Vasco da Gama, dirige uma carta aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, seus sogros por duas vezes, pois casara primeiro com D. Isabel, viúva de seu sobrinho Afonso filho de D. João II, e em segundas núpcias com sua cunhada D. Maria, também filha dos Reis de Castela, notificando-os de que

“por hum dos capitaens que a nós a esta cidade ora he chegado, ouvemos; que acharão e descobriram a Yndia, e outros Regnos, e Senhorios a ella Comarquãos; e entraram e navegaram o mar della, em que acharão grandes Cidades, e de grandes edificios, e ricos; e de grandes povoaçoens; nas quais se faz todo o trauto da especiarya, e de pedrarya”

Mas não se ficava por aqui. Manifestou ainda o propósito de levar a esses povos a fé de Cristo, um dos pilares que presidiam à expansão do Império:

“e faça muito serviço de Deos em serem convertidos e inteiramente confirmados, ser azo de destruyção dos mouros daquelas partes”

Os mouros tinham de ser convertidos à força, tal como fizera com os judeus prestes a emigrar, obrigando-os a baptizarem-se e a obterem o estigma de *cristãos-novos*.

Um outro aspecto que ressalta dessa carta é a sua posição de supremacia:

- económica, uma vez que também informava das riquezas dos reinos e senhorios descobertos;
- de poder, porque, como descobridor e conquistador, dominava a maior parte do mundo conhecido de então;
- política, porque senhor pleno e absoluto da maior parte das gentes desse mesmo mundo; e
- financeira, pela possibilidade de encher os seus cofres e arrojarem-se em grandes empreendimentos marítimos e na construção de grandes monumentos.

Como as descobertas e conquistas estavam envoltas de um cariz religioso e a Europa submissa ao poder espiritual da Igreja de Roma, era imperioso dar conhecimento também à Igreja. Pretendia cimentar o seu poderio por banda do Oriente para se concentrar na descoberta do Ocidente.

Para consolidar a sua posição escreve uma carta ao Papa Alexandre VI e outra ao Colégio dos Cardeais, através do cardeal protector em Roma, D. Jorge da Costa, o Alpedrinha, com dois objectivos fundamentais:

- dar conhecimento da chegada à Índia pelos Portugueses, descrevendo pormenorizadamente “as cousas daquellas terras ora achadas”;

- solicitar de Sua Santidade “nova aprovação e outorga dello na melhor forma que parecer”

Conseguida a aprovação papal retiraria a Castela qualquer propósito de domínio sobre aquela área do globo.

A carta dirigida aos Reis Católicos não consta dos arquivos de Espanha. As cartas enviadas ao Santo Padre e ao Colégio dos Cardeais também não constam dos arquivos do Vaticano. Deficiências de arquivo, arquivo especial de confidentiais que ainda não perderam o carácter de secretismo, ignoradas em arquivos particulares ou simplesmente destruídas para não diminuir a soberba de Castela perante a Europa ou, ignorando-se o evento, poder actuar como se nada tivesse acontecido?

O que não deixa de ser estranho e absurdo é o desaparecimento simultâneo de três cartas que, curiosamente, visavam todas o mesmo assunto. Se alguém tinha interesse no seu desvio, não seria com certeza o rei português.

O certo é que estava oficialmente livre o caminho do Oriente. Uniam-se dois oceanos (Atlântico e Índico), aproximavam-se três continentes (Europa, África, Ásia). Abria-se o caminho à civilização moderna de que Portugal foi seu pioneiro e grande obreiro, dando novos mundos ao mundo com base no saber de experiência feito.

Faltava descobrir o caminho do Ocidente.

III. Achamento/Reconhecimento

17. Tratou imediatamente D. Manuel de aprestar nova esquadra. Oito meses depois, ou, se se quiser ser mais rigoroso, oito meses menos um dia, de tomar conhecimento por Nicolau Coelho do acesso à Índia pelo Sueste, entregava o comando da mesma a Pedro Álvares Cabral, a quem, de certo, incumbiria de duas importantes missões:

- confirmar o direito de ocupação das terras orientais, impor o seu domínio na região, combater os mouros e apoderar-se de todo o comércio: o direito de ocupação que fora documentalmente justificado com as comunicações escritas a Castela, Papa e Colégio dos Cardeais, tinha que ser materialmente comprovado com a presença efectiva nas terras descobertas e a descobrir;

- descobrir oficialmente o Atlântico Sul, dando assim realidade ao projecto que desde os seus antecessores vinha guardado na mente do Rei, embora com conhecimento restrito de confidentes. Fora, de facto, um segredo bem guardado.

Em 09-03-1500 parte a armada composta por 13 navios, distribuídos por naus e caravelas, dos quais 11 eram pertença do rei, um do mercador florentino Bartolomeu Marchioni e outro de um fidalgo português. Levava consigo experimentados marinheiros: Bartolomeu Dias e o seu irmão Pero Dias (ou Diogo Dias como alguns pretendem), Nicolau Coelho, Gaspar de Lemos, Luis Pires (que se havia de perder por alturas de Cabo Verde regressando a Lisboa), Pero de Ataíde por alcunha o *Inferno*, Pero Escobar, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira e o fidalgo Sancho de Tovar no comando da sota capitânia, entre outros. A tripulação era constituída por 1500 soldados, segundo Damião de Góis ou por 1200 pessoas na afirmação de João de Barros. Dez dos navios levavam regimento de se dirigirem a Calecute e os restantes a Sofala. Pretendia o monarca português estabelecer relações directas com a Índia, sem a intermediação dos comerciantes árabes e venezianos, para assegurar o tráfico das especiarias e outros produtos exóticos.

Em 14 de Março avistam a Grã Canária e a 22 aportam à Ilha de São Nicolau, em Cabo Verde. Tomam rumo para Ocidente, seguindo de perto a

rota de Vasco da Gama, sem que aconteça qualquer tempestade, atravessam o Equador sem problemas e a 21 de Abril seguinte descortinam terra firme.

No dia seguinte, 22 de Abril, Quarta-feira, deparam com um monte redondo da Serra dos Aimorés, a que chamariam de Pascoal por estarem no tempo litúrgico do Oitavário da Páscoa e a 23 fazem abordagem seguida de reconhecimento local. Os nativos mostraram-se esquivos. Como se concluisse não haver a necessária segurança a frota levantou ferro, rumando para Norte, junto à costa. Descobrem numa angra um porto mais abrigado onde se sentiram seguros. Ficou baptizado de Porto Seguro. Presentemente denomina-se Cabralia.

Estavam, de facto, descobertas as terras do Ocidente. Concretizava-se o sonho dos Reis de Portugal e dos Portugueses; confirmavam-se as suspeitas da existência de terra firme para as bandas ocidentais do Atlântico Sul; resultara em pleno a deslocação do meridiano das 100 para as 370 léguas a leste de Cabo Verde. Portugal situava-se no centro do Mundo, tendo à sua frente a África, à esquerda as Índias Orientais e à direita o Brasil, i. é, envolvia o globo num grande e fraterno abraço, unindo sob a mesma bandeira uma sociedade plurirracial dentro da sua diversidade de usos e costumes. Dava-se início ao século de ouro português, abriam-se as portas ao Renascimento e o rei português havia de cognominar-se de *Venturoso*, pois ao grande feito do descobrimento do caminho marítimo para a Índia juntava agora o achamento do Brasil.

Deram à região o nome de *Terras de Vera Cruz*, não só em homenagem à cruz que ali levantaram, como ainda por estarem próximo do dia da Invocação da Cruz que a Igreja Católica celebra no dia 3 de Maio. Mais tarde D. Manuel havia de alterar o nome para *Terras de Santa Cruz*. Como o principal produto comercializado era uma madeira, de casca encarnada lembrando as brasas do lume (Damião de Góis chama-lhe *pau brasil*), passou a chamar-se primeiro *Terras do Brasil* ou mesmo *Terras do Pau Brasil* e posteriormente em 1503 apenas BRASIL.

Até hoje.

Um anexo ao Roteiro de Álvaro Velho, baseado em informações que Gaspar da Gama lhe forneceu, refere que “Nesta terra (reino de Tenasserim ou

Tenacar) há muito *brasil*. Também Marco Polo informa sobre a existência de *pau brasil* na província de Locae e nos reinos de Lambri e Coilum.

18. Cumprindo a tradição da cultura cristiana no dia 26 celebram a primeira missa nessa angra. Era Domingo de Pascoela e foi celebrante Frei Henrique Soares, de Coimbra. No primeiro dia de Maio, Sexta-feira, a missa passa a ser celebrada “acima do rio, contra o sul”, tendo-se erigido para o efeito um altar debaixo de uma frondosa árvore. É erigida uma cruz de madeira com as armas reais. Era o padrão que titulava a integração de uma *provincia* na coroa dos reinos de Portugal. Denunciava e impunha o direito de posse efectiva, segundo os cânones da época, e os demais povos, designadamente Castela, deviam reconhecer esse direito de posse plena.

O padrão é um símbolo ligado ao poder temporal traduzindo perpetuidade, mas também ligado ao poder espiritual porque encimado por uma cruz: dois poderes e, conseqüentemente, duas sujeições, reunidos num único elemento. Os padrões que os Portugueses levantavam pelos espaços por onde passavam e que, necessariamente ocupavam, revestiam-se de vários significados:

- sob o ponto de vista técnico serviam como pontos de referência à navegação marítima tal como os faróis de hoje;
- sob o ponto de vista geográfico identificavam um ponto fixo num determinado lugar da Terra;
- sob o ponto de vista religioso, quando encimado por uma cruz, em regra a de Cristo, traduzia a expansão do Cristianismo, um dos principais motivos que presidiam às descobertas;
- psicologicamente enchia de orgulho o Homem português, ousado e indómito, capaz de enfrentar *as lendas do mar tenebroso*, arrojado perigos e vencer contrariedades;
- historicamente traduzia o encontro de povos num determinado momento da vida dos Homens;
- culturalmente punha em contacto civilizações com graus de evolução tecnologicamente bastante diferenciados;
- sob o ponto de vista político denunciava presença, posse, domínio, constituindo um direito de

propriedade;

- sob o ponto de vista jurídico legalizava o poder, que, segundo o direito consuetudinário da época, atribuía direitos de posse ao descobridor e posteriormente ao ocupante.

Mas também podia traduzir um sinal de amizade como o que ficou existindo entre os elementos da armada, ou melhor, entre os Portugueses e os nativos que acabavam de contactar, justificado com as boas relações que entre ambos os povos se patentearam. Dois elementos importantes a considerar: excelente receptividade de parte a parte e o exercício do *Dom*, i. é, dádiva, como forma de prestações e contra-prestações, a que Marcel Mauss chamou de *sistema de prestações totais*.

Os nativos devem ter ficado simplesmente curiosos pelo que viam, estarecidos pelo que não compreendiam, espantados pelo que não entendiam. Imaginemos um povo vivendo ainda na Idade da Pedra ver-se, num repente, na presença de uma enorme armada, constituída por grandes navios a deslizar por sobre as ondas do mar, muita marinheira e marinheiros, gente vestida dos pés à cabeça, exibindo armas potentes, uma enorme gentiagem movendo-se, agitando-se, gritando, circulando no mar e em terra, uma tremenda confusão em contraste com a sua vida simples, pacata, serena, despreocupada.

“A gente desta provincia – diz Damião de Góis – é baça, de cabelo preto, comprido e corredio, sem barba, de meã estatura; são tão bárbaros que nenhuma coisa creem, nem adoram, nem sabem ler, nem escrever, nem têm igrejas, nem usam imagens, de nenhum género, ante as quais possam idolatrar, nem têm lei, nem peso, nem medida, nem moeda, nem Rei nem senhor, obedecem somente àqueles que na guerra que têm uns contra os outros, são mais valentes, e destes fazem cabeça, enquanto não cometem covardia: andam nus e se alguns se cobrem são os nobres, com vestidos de penas de papagaio e outras aves de diversas cores, tecidos com fio de algodão...comem pão feito de umas raízes brancas (mandioca), não têm vinhas, mas fazem vinho de milho...”

Todavia, os nativos gostaram do encontro, pasmados pela surpresa, receosos pela novidade, es-

quivos com gente de outra cor, acabaram por entrar em cena.

Assistiram à missa sem que este acto representasse alguma coisa para si, de olhos estarecidos perante tão complexo cerimonial que tal prática encerra, jamais pensando que a hóstia sagrada representava o corpo de um Homem que se sacrificara pela salvação da Humanidade e que, afinal, ali se deslocara para os salvar também, e que o vinho representava o sangue desse Salvador. A sua estranheza havia de alterar-se com a missionação de almas generosas que muito contribuíram para a sua emancipação, como os jesuitas Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, José de Anchieta, António Vieira e o padre Fernão Cardim, entre muitos outros.

E num gesto de simpatia, de reverência, mas também de inocência, imitam os Portugueses beijando a cruz acabada de levantar. Enquanto uns a beijavam por convicção, outros faziam-no por imitação, acabando por aceitar o primeiro traço cultural que os havia de marcar para todo o sempre. Até ao presente como povos amigos, irmãos, solidários, com profundos traços culturais comuns.

O cruzeiro tinha as armas reais, simbolo da autoridade, da força, da justiça, do poder. Simbologia ignara para quem as via pela primeira vez, mas que futuramente os converteria em súbditos, como aqueles que acabavam de conhecer. Se a História se processa, realiza e desenvolve à volta de uma figura central, que eles não possuíam nem conheciam, passavam a integrar essa História porque já tinham um Rei e um Senhor. Na trilogia *Lei, Rei e Grei* encontrariam o bálsamo da civilização, uma outra civilização, como se não tivessem já tudo isso, integrando a sua própria civilização.

Os Destinos da História!

19. Vamos abrir um parêntesis para recorrermos a mais uma possível prova do conhecimento secreto da existência do território onde ficava o Brasil.

Em 30 de Julho de 1514 o português Estêvão Fróis fora aprisionado nas Antilhas pelos Castelhanos acusado de ter efectuado descobrimento de terras que pertenciam a Castela. Fixados na costa junto ao Cabo de Santo Agostinho foram atacados

pelos indigenas, vendo-se obrigados a refugiarem-se em Porto Rico. Aqui são presos e conduzidos para São Domingos, onde os processaram e submeteram a tormentos. Escreve então a D. Manuel rogando intercessão para a sua defesa, pois alegara, e disso estava perfeitamente convencido, que o fizera por serem terras pertencentes a Portugal, pois ali haviam estado primeiramente os Portugueses, entre eles um tal João Coelho. Ora, a costa do Brasil aparece num mapa de 1504 de Vesconte de Maiollo, guardado em Fano, Itália, com a designação de “Terra de Gonçalo Coelho”.

Falta saber quando este Gonçalo Coelho por ali apareceu pela primeira vez. Era cosmógrafo e em 1501 fora mandado por D. Manuel como capitão-mor de uma armada composta por seis naus, com destino à Índia, mas escala pela América do Sul. Transportava colonos e a obrigação de explorar as terras e portos daquela região e estudar os hábitos e costumes dos indigenas. De quanto apreendeu, escreveu uma *Descrição do Brasil* que no seu regresso ofereceu a D. João III, por entretanto ter falecido D. Manuel. Lamentavelmente essa obra ficou inédita. Mas não se pode deixar de considerar este facto como um elemento contributivo também para se admitir a presença portuguesa por aquelas paragens antes do reconhecimento de Cabral, apesar de o mapa ter data posterior à sua chegada.

A corroborar o facto há a salientar que Gonçalo Coelho fora um agente ao serviço de D. João II no Sudão. E porque não havia de ter estado também nas terras do Ocidente?

20. A armada deixa o Brasil a 2 de Maio: Pedro Álvares Cabral ruma às Índias Orientais e envia de regresso Gaspar de Lemos como fiel depositário de duas cartas dirigidas ao monarca português, dando-lhe conhecimento da grande descoberta que havia de ficar na História com letras de ouro como o *Achamento do Brasil*.

O seu sonho tornara-se realidade, comprovando as vantagens da sua política de sigilo. Havia, efectivamente, terras a Ocidente no Atlântico Sul, habitadas por “gente limpa, gorda e formosa que não pode ser mais”, no dizer do seu primeiro cronista.

O território estava ocupado e a implantação de

um cruzeiro com as armas reais justificava a posse, institucionalizava o poder e identificava o seu soberano. O território ficava ocupado com quatro Portugueses: dois grumetes e dois degredados (dos vinte que levava), um dos quais dando pelo nome de Afonso Ribeiro. E transporta também para o reino “um dos da terra”.

O embarque deste nativo a ser presente a El-rei, traduz várias funções:

- constituía prova perante o monarca de que, realmente, haviam arribado à costa das Terras do Ocidente, situadas no Atlântico Sul, comprovando o seu reconhecimento de facto;
- era a produção da prova material que acompanhava a prova escrita traduzida nas cartas, que podia ser exibida quer perante as entidades oficiais portuguesas ou perante os estrangeiros, provas que não poderiam ser refutadas face à evidência apresentada, quer directa quer reflexivamente;
- aprenderia a falar português para futuramente servir como língua;
- seria utilizado como instrumento diplomático junto do seu povo, facilitando o contacto pessoal, a fixação espacial, e, enfim, a posse efectiva e definitiva;
- mas acima de tudo facilitaria a aculturação e futura assimilação das gentes autóctones.

O reconhecimento da costa continuou no sentido norte com Gaspar de Lemos a caminho de Lisboa.

Entre 1501 e 1505 sucedem-se as viagens de exploração no sentido da costa meridional, distinguindo-se Américo Vespúcio (de cujo nome se não formaria o topónimo América como vem sendo entendido, mas sim de *Americua*, região da América Central, hoje Nicarágua, onde viviam as tribos dos *Americos*), André Gonçalves, Gonçalo Velho e Fernão de Noronha. Em 1502 a coroa concede a este Fernão de Noronha ou Loronha a exploração e comércio da costa brasileira pelo período de três anos (1502-1505), com a obrigação de descobrir 300 leguas de costa em cada ano. Descobriu uma ilha a que pôs o seu nome, que permaneceu até ao presente. Em 1503 Gonçalo Coelho continua a exploração para o sul chegando a descer para além do actual Rio de Janeiro. A exploração, ocupação e desenvolvimento continuaram nos anos

seguintes, embora as atenções se tenham voltado, inicialmente, mais para o Oriente.

As cartas de que Gaspar de Lemos era portador, uma fora escrita pelo Bacharel Mestre João, cosmógrafo, físico e cirurgião do rei, e a outra por Pero Vaz de Caminha.

Da carta de Mestre João (de seu nome João Faras, segundo Sousa Viterbo) destacamos a seguinte passagem respeitante à descoberta:

“Quanto Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapamundi que tem Pero Vaz Bisagudo, e por aí poderá ver Vossa Alteza o *sítio desta terra*; mas aquele mapamundi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapamundi *antigo*, e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina; ontem quase entendemos por acenos que esta era ilha e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos”.

Sublinhados nossos para salientar o facto de o Brasil ser já conhecido ao ponto de constar em mapamundi, embora ignorando-se ser habitado (e por largas centenas de grupos indígenas diferentes). A Mina, ou mais precisamente a Costa da Mina, fora descoberta em 1469 por Fernão Gomes.

O termo Bisagudo era sobrenome de Pero Vaz da Cunha, fidalgo da corte de D. João II.

Mestre João fora o primeiro cosmógrafo a ser surpreendido pela constelação a que se chamaria Cruzeiro do Sul e que, passado o Equador, substituiu a Estrela Polar na orientação dos navegantes. Além de Bacharel em Artes e Medicina, era também piloto; e parece poder deduzir-se da sua carta que fora encarregado por D. Manuel I como o principal responsável pelas observações astronómicas no decurso da viagem. Traduziu para espanhol a obra de Pomponius Mela, chamada *Cosmografia*, da qual existe um manuscrito na Biblioteca da Ajuda em Lisboa.

A carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro cronista do Brasil, é um documento de rara beleza etnográfica, histórica e até literária que tem merecido e ha-de continuar a merecer a atenção de imensos analistas, críticos e investigadores. Nela se narra tudo quanto um espírito grandemente observador

e altamente perspicaz conseguiu, num brevíssimo espaço de tempo, absorver da cultura dos índios Tupiniquim.

Duas culturas de cariz muito diferentes entram em contacto dando início a um processo de aculturação, sem dúvida demorado e complexo, mas que não deixou de ser útil para ambos os interventores. Todavia,

- os nativos tinham a pele *parda*, contrastando com homens de pele *branca*;

- de um lado um povo na Idade da Pedra, nómada ou semi-nómada, que nem ainda conheciam os metais; do outro uma nação com uma tecnologia assaz avançada;

- de um lado um povo simples sem classes; do outro uma sociedade altamente hierarquizada e centralizadora;

- enquanto uns “andam todos nus, sem vergonha alguma”; outros bem arroupados e de vergonhas bem resguardadas;

- de um lado a “inocência é tal que a de Adão não seria maior”; na outra concupiscência e o respeito humano;

- aos índios que vivem à base do que a Natureza lhes dá, opõe-se uma sociedade que vive na competição para sobreviver económica e socialmente;

- de um lado um povo que apenas precisa de disponibilizar três a quatro horas por dia para suprir a sua subsistência, aproveitando o tempo disponível para fumar, dançar, conversar, fazer amor, dedicando-se às mais diversas formas de lazer, contrastando com uma nação prenhe de deficiências e precariedades, injustiças e perseguições;

- a uma cultura onde não existe a propriedade privada, vivendo em regime comunitário, opõe-se um sistema individualista de propriedade pessoalizada, economicista, orientada para o lucro, a competitividade e a exclusão;

- enquanto de um lado a solidariedade é um elo fundamental na coesão do grupo, no outro reina o egotismo e o etnocentrismo;

- às moças tão bem feitas e tão redondas e com suas vergonhas tão graciosas, às mulheres de Portugal fariam inveja vendo-lhes tais feições por não terem as suas como elas;

- de um lado as mulheres andam igualmente

nuas, são bem feitas de corpo e trazem os cabelos compridos, em contraste com as mulheres portuguesas que vestiam segundo o figurino europeu;

- este povo não pratica a agricultura, não conhece a domesticação de animais, vive à base da colecta de frutos, da caça e da pesca, mas não padecem de fomes, misérias ou privações;

- de um lado gente que não conhece os metais, cortando a madeira e os paus com pedras feitas como cunhas metidas em um pau por entre duas talas, que se espanta perante a complexa ferramentaria dos seus visitantes;

- os índios vivem em pequenos grupos compartilhando o espaço e a casa colectiva; os portugueses vivem em aglomerados que vão das aldeias às cidades, cada família vivendo em casa independente;

- apesar de não praticarem a agricultura nem a domesticação de animais, base da alimentação dos europeus, “andam tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”.

E tantas coisas mais que se não registam para não enfadar. O que se pretende com esta enumeração é estabelecer o contraste entre culturas com profundas diferenças quanto à sua vivência e às concepções que cabe em cada uma quanto ao mundo e à vida, aos bens materiais e espirituais e às pessoas. Povos de tecnologia simples vivendo em contacto directo e permanente com a Natureza, numa dependência determinista, mas feliz segundo os seus costumes e tradições, sem competição nem egoísmos, em comunhão de ideias e bens. À medida que as tecnologias evoluem as sociedades complexificam-se, maximalizando os seus interesses, dando lugar a confrontos e ansiedades numa luta constante pela vida, já que as disponibilidades não correspondem às necessidades. E sempre que estas são preenchidas abre-se lugar a novas exigências.

Duas correntes de opinião se geraram quanto ao *Achamento* do Brasil e que ainda se não encerraram por completo. Uma, atribui a sua descoberta à *acidentalidade*, a dar crédito à teoria do acaso expressa pelo autor das Lendas da Índia, Gaspar Correia, justificando-se com o facto de que alguma tempestade ocorrida durante a viagem obrigasse a

armada a desviar-se da sua rota previamente definida. Ora, como durante a viagem não se registaram *accidentalidades* atmosféricas ou outras, tal tese cai por ausência de fundamento. Outra, porém, defende com justificadas razões, como nos parece termos exposto acima, que a descoberta fora *intencional e consciente*, devidamente preparada, tendo subjacente um plano devidamente elaborado, cuidadosamente posto em prática. Abraça esta corrente Veríssimo Serrão ao afirmar que os historiadores são concordes em que Cabral seguiu uma orientação determinada para proceder à exploração de uma zona geográfica de que havia suspeitas, pois aquelas paragens eram já conhecidas dos Portugueses, cuja divulgação convinha evitar, pois se pretendia dominar o Atlântico Sul, tendo em vista a chegada à Índia num primeiro plano e, posteriormente, avançar para Ocidente na expectativa do retumbante êxito que acabava de acontecer.

Desta forma surge uma terceira hipótese, a da *oportunidade*, ou seja, havendo já conhecimento da existência de terras a Ocidente só agora era oportuno e pertinente dar a conhecer a sua verdadeira e real existência. E daí não se tratar nem de descobrimento, nem de achamento, mas sim de *reconhecimento*.

Estava feito o reconhecimento oficial do *Grande Brasil* que, durante mais de três séculos, havia de integrar o Império Colonial Português e que, após um grito lançado das margens do Ipiranga, em 07 de Setembro de 1822, por um Regente que se transformava em Imperador, surgia pela segunda vez, em letras de ouro, na História da Humanidade, mas agora com um estatuto diferente e a divisa *Ordem e Progresso*.

E muito pacificamente.

*

O reconhecimento oficial da Independência do Brasil só viria a concretizar-se em 15 de Novembro de 1825 por D. João VI.

Segundo J.P. Harrington, referido por Mircea Eliade, os *Ixareyavs* eram os povos míticos que habitaram a América antes da chegada dos índios. (V. O

Mito do Eterno Retorno, Mircea Eliade, Ed. Perspectivas do Homem/edições 70, p.48).

Bibliografia

Bibliografia principal – a dos autores referenciados no texto.



Arqueologia & História